

***Intervenção do Deputado
José Manuel Bolieiro
Dia da Europa, 9.5.6***

Senhor Presidente da Assembleia
Senhoras e Senhores Deputados
Senhora e Senhores membros do Governo

Hoje, 9 de Maio, celebramos o dia da Europa.

Celebramos a União Europeia com a emergência do seu futuro. Com a emergência do nosso futuro.

O que é constante é a mudança.

E o nosso desafio é não chegar tarde à mudança.

Certo e assumido é que o projecto político da União Europeia é o nosso espaço natural.

A verdade, no entanto, é que agora a União Europeia se encontra numa encruzilhada.

A encruzilhada de um Tratado Constitucional que sofreu um importante revés. Revés que importa saber superior.

Do Conselho Europeu no próximo mês de Junho esperam-se orientações.

O Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, é peremptório: "(...) Não precisamos de um debate filosófico sobre o futuro da Europa, temos que pôr a Europa a trabalhar (...)".

O futuro não espera.

Atribuir à União Europeia instrumentos que lhe permitam agilizar os processos de tomada decisão e ser internacionalmente mais eficaz são objectivos políticos imediatos. A crise do Irão está para o demonstrar. De facto o seu peso político no mundo e a sua capacidade de regulação da globalização pode fazer a diferença e estão sob escrutínio, dos parceiros mundiais e dos cidadãos europeus.

Daí a esperança de que o Tratado Constitucional não morra. É que apesar do não francês e holandês, já 14 Estados ratificaram o Tratado Constitucional, e em breve mais dois o farão, a Estónia e a Finlândia.

Contudo, a verdade é que há necessidade de mais pedagogia, mais abertura, mais participação, mais responsabilização e mais eficácia. Os cidadãos têm que perceber melhor a bondade do impacto da Europa na sua vida quotidiana.

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores Deputados

Senhora e senhores membros do Governo

Com ou sem Tratado Constitucional, nos tempos mais imediatos, as mudanças estão aí.

Está em curso, agora sem qualquer travão, a decisão sobre as novas Perspectivas Financeiras da União Europeia para 2007/2013. O Parlamento Europeu chegou já ao necessário consenso.

Os Açores têm uma palavra a dizer sobre o seu próprio destino.

Afinal, a Europa continua a ser um "projecto de liberdade, diferença e cultura".

Não há estratégia de desenvolvimento global, sem objectivos de concretização local, dando acolhimento à diversidade da sua realidade.

Se a atenção com o futuro da Europa é a atenção com o nosso próprio futuro, então não podemos marcar o nosso presente pela ausência.

Se sempre tivemos a certeza de que a autodeterminação era o único caminho que garantia o futuro da nossa terra, também percebemos que a nossa integração num espaço mais alargado, que juntava algumas das economias mais dinâmicas do nosso tempo, era o caminho certo para o reforço da caminhada iniciada em 1976, com a nossa autonomia política e órgãos de governo próprio.

Uma vez plenamente integrados, soubemos, em parceria com as outras regiões ultraperiféricas, lutar por um estatuto jurídico especial, que materializasse a ultraperiferia, e ganhámos quando tal aconteceu na aprovação do Tratado de Amsterdão.

Novos desafios espreitam e, como parte integrante da Europa, não queremos passar ao lado dos acontecimentos que acabarão por influenciar o nosso futuro.

A nossa estratégia só pode ser a de reforçar a presença dos Açores nos centros de decisão, não apanhar falta onde temos direito de estar e não ficar calados quando temos o dever de falar.

O nosso dever é o de sermos eficientes na condução dos processos negociais, influenciando as decisões, de modo a alcançar os nossos objectivos de médio e longo prazo.

A inteligência negocial recomenda-nos o estabelecimento de alianças para defender os nossos legítimos interesses.

Temos de aproveitar esta marca de cultura na ideia de Europa que prevalece e a condiciona: A nossa sociedade caracteriza-se por muitos poderem pouco, ao contrário das sociedades não democráticas onde poucos podem muito.

Urge assegurar, desde já, o empenhamento de todos os agentes económicos, sociais e políticos neste projecto de futuro, que será o novo Quadro de Referência Estratégica Regional, no âmbito das perspectivas financeiras 2007/2013.

Temos de ganhar esta nova oportunidade, e dar-lhe melhores resultados de produtividade e criação de riqueza do que aqueles que o País e a Região conseguiram alcançar com o actual QCA 2000/2006, que termina este ano.

Temos que fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para não dar razão ao recente estudo da Comissão Europeia, que perspectiva, se os pressupostos se mantiverem, que Portugal se arrisca a ser ultrapassado por todos os novos Estados do alargamento em termos de riqueza por pessoa até o ano 2050.

Quanto aos Açores, o desafio adicional é o de fazer vingar, junto da Comissão Europeia, uma estratégia de desenvolvimento que tenha em conta o nosso concreto estágio de progresso.

Algumas políticas comunitárias não consideram as especificidades das regiões ultraperiféricas. Quatro sectores demonstram isto que afirmamos: o dos transportes, o da Energia, o do ambiente e o do mercado interno.

As orientações relativas à rede transeuropeia de transportes inscrevem-se numa lógica que é manifestamente centrada na rede do continente europeu.

No que concerne ao ambiente, há certas obrigações comunitárias que não têm em conta a insularidade, o afastamento, a exiguidade e a dispersão dos territórios das regiões ultraperiféricas.

Os efeitos positivos do mercado interno que se têm feito sentir em quase toda a União não têm chegado às regiões ultraperiféricas. O processo do mercado interno veio favorecer as economias das regiões centrais da União Europeia, dinamizando a sua competitividade.

Vem aí a Política Comum de Energia. Importa não deixar de fora as regiões ultraperiféricas.

Senhor Presidente,

O ritmo de convergência real das regiões ultraperiféricas é muito lento, em comparação com outras regiões do continente europeu.

O Conselho Europeu de Lisboa, (Março de 2000), definiu uma estratégia, até 2010, tendo em vista reforçar o emprego, a reforma económica e a coesão social no quadro de uma economia baseada no saber. Ou seja, uma

economia baseada no progresso tecnológico e na mão-de-obra altamente qualificada; passando pela criação de condições que optimizem o comércio electrónico, a investigação e a inovação.

Diz a Estratégia de Lisboa que as regiões ultraperiféricas “podem constituir verdadeiras plataformas estratégicas de know-how”.

Que as regiões ultraperiféricas têm “ um grande potencial para atingir os objectivos do Conselho Europeu de Lisboa”.

Que devemos “dar prioridade às novas tecnologias da informação e da comunicação e reforçar os nossos investimentos nos sectores da tecnologia de ponta”.

“As regiões ultraperiféricas podem constituir um viveiro de “know-how” nos domínios da investigação e do desenvolvimento tecnológico”, diz-nos a Comissão Europeia.

No entanto, as nossas preocupações mais imediatas ainda não coincidem, integralmente com estes objectivos avançados pela Comissão Europeia, e que também queremos atingir.

Entre outras, ainda temos preocupações com os transportes, para melhor acedermos aos mercados continentais.

Ainda temos preocupações com a dependência energética que nos caracteriza e nos condiciona.

Ainda temos preocupações com o futuro do turismo, porque nos falta consolidar este vector da nossa economia.

Ainda temos preocupações com a nossa agricultura, porque é um sector muito relevante da nossa economia.

Ainda temos preocupações com as nossas pescas, que representam uma boa fatia das nossas exportações.

No futuro próximo, a União Europeia poderá, pois, continuar a proporcionar grandes oportunidades para os Açores e a ser decisiva para o nosso desenvolvimento.

Senhor Presidente,

No entanto, existem muitos outros domínios da nossa vida em que a integração europeia nos toca. Por exemplo, no domínio do direito da família e das empresas, o que vem garantir uma cada vez maior liberdade de circulação das pessoas e um verdadeiro direito de estabelecimento das empresas e circulação de capitais.

A União Europeia é também uma política de elevados padrões de protecção ambiental, de normas de concorrência eficientes e eficazes, de regras de transparência nos concursos de empreitadas, fornecimentos e serviços, entre outras.

Como se experimentou já, durante estes anos de integração europeia, as oportunidades são tantas quantos os desafios.

Sob o lema europeu “Pensar Global, Agir Localmente” compete-nos assegurar, com inteligência, uma boa aplicação estratégica dos objectivos da Estratégia de Lisboa, devidamente adaptados à nossa concreta realidade actual, com adequados instrumentos de operacionalização.

No futuro da Europa queremos sair vencedores.

E, assim, o nosso desafio colectivo deve ser tornar a nossa participação na União Europeia num sucesso político, económico e social, promovendo os Açores numa das regiões do País com mais rendimento disponível para as famílias.

O que é dos europeus também a nós diz respeito. Assumimos a nossa identidade e a nossa participação como forma de confirmar, na Europa, a ideia da Unidade na Diversidade.

Por isso, celebramos, como nosso, o dia da Europa.

Disse.

Horta, sala das sessões, 9 de Maio de 2006.

José Manuel Bolieiro